



Perguntas respondidas pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante entrevista coletiva concedida após encerramento da Cúpula América do Sul-Países Árabes

Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 11 de maio de 2005

Locutor: A primeira pergunta será de Randa Achmawi, do jornal Al-Ahram; a pergunta seguinte será da jornalista Eleonora Gosman, do jornal Clarín; a terceira pergunta será da jornalista Olfa Al Salami, da televisão da Tunísia; a quarta pergunta será do jornalista Fábio Pannúnzio, da TV Bandeirantes e a última pergunta será feita pelo jornalista Axel Bugge, da Agência de Notícias Reuters.

Vamos, então, à primeira pergunta, da jornalista Randa Achmawi, do jornal Al-Ahram.

Jornalista: É difícil dirigir a pergunta para um só. Eu gostaria de dirigir a minha pergunta ao presidente Lula e é claro que gostaríamos que houvesse o comentário da parte árabe. Como é a primeira pergunta, eu vou fazer uma pergunta bastante simples, mas é uma pergunta que passa pela cabeça de todos aqui, eu acho.

Vocês marcaram a próxima Cúpula para daqui a três anos no Marrocos e, como todos nós sabemos, todos nós vimos como foi difícil o caminho para chegar até aqui e temos também experiência de ver que tantas cúpulas, tantas iniciativas tão bonitas como esta não conseguiram, não tiveram continuidade, e como é difícil fazer uma cúpula, além do fato de que muitos governos mudam, quer dizer, tantos governos que tiveram iniciativas pessoais talvez estarão presentes, talvez não, ninguém sabe o que pode acontecer no futuro. Eu gostaria de saber quais são as garantias que existem de que esta Cúpula terá



uma continuidade visto que, realmente, por experiência, nós sabemos que é muito difícil manter essa continuidade.

Presidente: Se quiser, o Secretário da Liga Árabe fala, o Moussa, primeiro. Eu vou dizer da minha parte, muito devagar para que o intérprete tenha condições de trabalhar. O que nós estamos criando não é uma política de partidos ou uma política de grupos, nós estamos criando política de Estado. Portanto, o Mercosul não foi criado por mim, ele foi criado muitos anos atrás. O Grupo do Rio não foi criado por mim, foi criado muito tempo atrás.

Vários organismos que foram criados entre países perpassam o governo porque um Estado funciona, graças a Deus, independentemente do governo. O que nós estamos querendo construir com esta Cúpula é uma coisa muito sólida, que vai além do tratado, mas da compreensão dos Estados Árabes e dos Estados da América do Sul, de que nós vivemos um novo tempo no século XXI.

Temos todo o século XX como experiência de vida para os nossos países. Nós já sabemos o que aconteceu no século XX, sabemos o que foi errado e o que foi certo, e sabemos que durante todo o século XX estivemos muito distantes.

O Brasil esteve distante da América do Sul, embora tenha fronteiras com a América do Sul. O Brasil esteve distante do Mundo Árabe, o Brasil esteve distante da África, não por causa da quantidade de quilômetros que nos separa, pelo Oceano Atlântico, não, é porque não havia motivação ou compreensão política de que nós precisaríamos nos aproximar. E agora nós estamos estabelecendo uma política em que os Estados terão que compreender que essa aproximação é a possibilidade que nós temos de avançar no campo político, no campo cultural, no campo comercial, no campo científico e tecnológico, estabelecer política de complementaridade.



Eu vou lhe dizer uma pequena coisa que aconteceu há dois anos quando eu resolvi fazer a viagem ao Mundo Árabe. O último chefe de Estado brasileiro que tinha visitado o Líbano foi o Imperador, em 1846. Quando eu viajei, havia muito ceticismo do que eu ia fazer com o Mundo Árabe, porque no Brasil havia pessoas que entendiam que a relação internacional do Brasil teria que ser com os Estados Unidos e com a União Européia. No máximo, com o Japão.

E nós entendemos que era preciso fazer que nem um garimpeiro: garimpar muito para ver se a gente acha as pedras preciosas que estão escondidas em cada país, em cada oportunidade. O que aconteceu de concreto? Eu vou lhe dar três exemplos sólidos de como isso pode produzir efeitos: criamos o G-20 em Cancún e, quer queira, quer não, está mudando a correlação de força da Organização Mundial do Comércio.

Fizemos um encontro extraordinário na ONU para discutir a questão do combate à fome, com a participação de 60 chefes de Governo e de Estado e as relações comerciais, apenas um dado do Brasil, porque eu não conheço o dado dos outros países, a relação comercial entre Brasil e o Mundo Árabe cresceu 58% em dois anos. A relação entre Brasil e África cresceu 45% em dois anos, e a relação do Brasil com a América do Sul cresceu 58%. Isso não é pouca coisa. O Peru dobrou sua relação comercial nesses últimos anos. Ora, porque nós saímos da mesmice em que estávamos, esperando apenas que os outros viessem nos nossos países comprar o que nós produzíamos, e saímos ao mundo para estabelecer novas trocas, novas relações e o resultado é extremamente positivo.

Eu quero lhe dizer que a relação América do Sul/Países Árabes nunca mais será a mesma. Pode ficar certa, você é muito jovem, eu me considero jovem aos 39 anos de idade. Podem ficar certos que daqui a alguns anos nós estaremos vendo o que aconteceu nessa relação entre o Mundo Árabe e a América do Sul.



Jornalista: Eu tenho direito a uma réplica.

Presidente: Não, agora o Moussa vai responder pela parte árabe, porque eu, talvez pela América do Sul, esteja muito entusiasmado, mas deixa alguém que conhece o mundo árabe, como o nosso Secretário-Geral, falar um pouco.

Jornalista Eleonora Gosman – Jornal Clarin: Boa tarde senhores presidentes. Eu gostaria que os senhores presidentes esclarecessem se houve ou não pressão por parte dos Estados Unidos, antes do início da Cúpula, para diminuir a importância política da reunião e reduzir o conteúdo da declaração final de Brasília.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é como a América do Sul se posiciona no processo de paz entre palestinos e israelenses e, em outro contexto, o Oriente Médio a partir, precisamente, desta Cúpula.

Presidente: Não tenha dúvida de que esse é um comportamento dos países da América do Sul. Eu tenho certeza de que de todos os países que participaram, todos torcem para que a gente possa encontrar definitivamente a paz para o Oriente Médio. Aliás, foi motivo de discurso de muitos presidentes, com esse objetivo. Agora, esse é um processo que nós teremos que trabalhar muito. Eu acho que todo o processo de paz, normalmente, demora anos e anos. Além dos tratados que são assinados, tem as coisas culturais que vão ter que ir sendo resolvidas ao longo do tempo.

Mas, se tem uma coisa que todos nós desejamos por unanimidade é encontrar paz no Oriente Médio. E, se depender da vontade dos países da América do Sul, a paz será amanhã.

Locutor: Muito obrigado à jornalista Eleonara Gosman e convidamos a jornalista Olfa Al Salami, da televisão da Tunísia, a fazer a pergunta seguinte.



Jornalista: (em inglês)

Presidente: Eu já percebi que todas as perguntas têm que ser respondidas pelo nosso secretário-geral da Liga Árabe, depois pelo Bouteflika, depois por nós, aqui, da América do Sul, mais humildes.

Presidente: Eu penso que não é necessário responder à pergunta, porque há uma visão uniforme sobre a pergunta da jornalista. Eu poderia dizer que eu fico com a resposta do presidente Bouteflika, com a resposta do Moussa, com a resposta do Toledo. Não há necessidade de responder a essa pergunta.

Jornalista Fábio Pannúncio (Rede Bandeirantes): Boa tarde. Eu represento a imprensa brasileira e estou aqui por delegação dos colegas que me pedem para fazer duas indagações que são perguntas correlatas. E como eu sei que não é possível replicar ou fazer duas perguntas, eu vou encaminhar essas duas indagações de uma vez só, Presidente, e vou me dirigir primeiro ao senhor. Eu gostaria de ouvir o comentário dos outros, porque o senhor fez um discurso agora ressaltando que sem paz e sem democracia nós não vamos conseguir construir o mundo que pretendemos.

Ocorre que, ao final desta Cúpula, vocês produziram um documento de 15 páginas que abarca problemas de toda natureza, direito dos palestinos a território, a questão da catalogação do território das Ilhas Malvinas como território da União Européia, mas esse documento, em nenhum momento, cita a palavra democracia. Ele se refere só a processo democrático e a governo democrático, ainda assim quando a situação se reporta ao contexto do Iraque.

Eu gostaria de saber, então, se a democracia, se essa ausência aqui pode ser considerada como uma concessão do Ocidente, das Repúblicas democráticas do Ocidente a parceiros que não cultuam esse valor ou se realmente não é um valor a ser defendido diante das vantagens eventuais de



um acordo comercial com parceiros que não praticam a democracia nos seus países.

A segunda indagação é a seguinte: diante do potencial de polêmica que esse documento certamente vai gerar na diplomacia do mundo inteiro, a ausência precoce, não justificada nem explicada de um chefe de Estado como Kirchner, não ajuda a esvaziar o peso desse documento?

Presidente: Eu tenho certeza que você quer que eu seja o primeiro a responder. Deixa eu lhe falar uma coisa: seria falta de democracia se nós tentássemos, num documento plural como esse, definir o conceito de democracia que eu entendo, num documento, sem respeitar o conceito de democracia dos outros. Essa é condição elementar para que você possa construir um documento que envolve 30 e poucos países, com culturas totalmente diversificadas, com hábitos políticos diversificados. Então, o que nós colocamos num documento como esse é aquilo que é possível colocar no documento.

Quando você participar de uma reunião entre os jornalistas do mundo inteiro, você vai perceber que nem sempre aquilo que você pensa será colocado no documento, mas será colocado o que for possível colocar para estabelecer o consenso.

Então, o documento é o resultado do nível de compreensão que nós produzimos neste encontro, que eu achei extraordinário.

Veja, primeiro, eu não entendo a descoberta da saída precoce do presidente Kirchner. O presidente Kirchner e outras pessoas foram embora quando terminou a reunião. A reunião terminou quando o documento foi feito, elaborado, todo mundo de acordo com o documento. Na verdade, a reunião terminou e hoje nós ficamos aqui para quê? Para aprovar a Declaração, e estava o governo Kirchner representado pelos seus membros; e os discursos finais e a declaração dos empresários, feitos pelo Ministro do Petróleo da



Argélia e pelo Ministro da Indústria e Comércio do Brasil.

Então, vejam, o Kirchner participou da reunião como todos os outros, aliás, mais um pouco porque nós tivemos o privilégio de jantar juntos na segunda-feira à noite. Conversamos das sete e meia às onze e meia da noite, discutimos tudo que nós tínhamos que discutir. Eu penso que nós temos compreensão, tanto o presidente Kirchner quanto eu, da problemática das relações comerciais entre Brasil e Argentina, e que nós precisamos construir um processo para que a gente não fique apenas discutindo o varejo de um ou de outro setor econômico que se sente prejudicado aqui ou ali, porque isso vale para as duas partes. Se é verdade que você tem setores empresariais argentinos que se queixam da invasão de produtos brasileiros, é verdade que se você for ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, você vai encontrar empresários gaúchos, de Santa Catarina, e produtores, se queixando da invasão da Argentina em alguns produtos de que o Brasil é capaz. Isso não pode fazer com que os chefes de Estado não determinem uma política maior para os seus países.

Nós tivemos extraordinária reunião com a União dos Empresários Argentinos, o Furlan participou. Está marcado um encontro para discutir um projeto de política industrial com os empresários argentinos, de forma que nós precisamos construir uma nova etapa da nossa relação a médio prazo, ir resolvendo as coisas que se apresentam no varejo. Mas sem perder de vista que os dois Estados, o brasileiro e o argentino, não podem ceder à pressão de um empresário de um setor apenas, nós precisamos ver o conjunto das necessidades dos dois países.

Se tem uma coisa que está hoje meio nervosa entre Brasil e Argentina é apenas o meu Corinthians, o resto está tudo tranquilo. Me parece que o problema é meu agora, porque eu é que sou corintiano. Mas não tem nada entre Brasil e Argentina.

É um trabalho muito meticuloso, porque eu que sou corintiano, mas não



tem nada entre Brasil e Argentina. É um trabalho muito meticuloso, porque historicamente tem divergências entre jornalistas argentinos e jornalistas brasileiros, entre cantantes de tango argentino e cantantes de samba brasileiro, e isso nós vamos ter que resolver com o Estado, fazendo política, discutindo, encontrando soluções. Eu, de qualquer forma, posso lhes dizer o seguinte: nós estamos vivendo uma boa relação com a Argentina. Muitas vezes a Argentina reclama, e muitas vezes tem razão, porque nós precisamos, nesses acordos, contribuir com uma discussão de que a Argentina possa fortalecer a sua industrialização. O que nós queremos para o Brasil, nós queremos para a Argentina, porque achamos que os dois países se necessitam, os dois países precisam dessa harmonia para que a gente possa crescer e fazer o que todos nós sonhamos, que é melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

Jornalista Axel Bugge (Agência de Notícias Reuters): Boa tarde, senhor Presidente. Eu gostaria de perguntar, na Declaração Final desta Cúpula, se diz que se quer uma conferência entre nações para definir o ato terrorista. No seu entender, o que é o terrorismo?

Presidente: Veja, como a nossa declaração é democrática, ela seria anti-democrática se cada um de nós tivesse uma definição própria sobre terrorismo e agíssemos contra ele em função do que nós pensamos e não em função do que um conjunto de países pensa numa determinada atitude. É por isso que nós estamos reivindicando mudanças nas Nações Unidas e democratização do Conselho de Segurança, para que a decisão sobre terrorismo e outros temas seja democratizada, não seja uma decisão unilateral sobre a visão de terrorismo que tenha esse ou aquele país.

Eu acho que nós temos que ter clareza de que o nosso Documento retrata a essência das aspirações de todos aqueles que amam a democracia.



Sempre que nós tivermos dúvidas sobre o comportamento de um grupo político de um país em relação ao respeito à democracia, às práticas terroristas, nós temos que considerá-las coletivamente e não individualmente.

Eu só queria terminar aproveitando o seguinte: o documento, na verdade, grande parte dele, que foi levantado como temas polêmicos, poderia ser declarado um documento das Nações Unidas, porque todas as coisas que nós deliberamos já existem, em vários momentos, em documentos das Nações Unidas. É que, muitas vezes, não se cumpre o que é aprovado nas Nações Unidas. Eu gostaria que fosse cumprido tudo que se aprova nas Nações Unidas. Por isso é que nós queremos ampliar o Conselho de Segurança, democratizá-lo, fazer com que haja representação dos continentes: continente africano, continente latino-americano, países importantes do mundo que possam participar, o mundo árabe, para que a gente tenha, dentro do Conselho de Segurança, não a geografia política e territorial que nós tínhamos em 1945, mas que nós tenhamos a geografia política e territorial que nós temos em 2005. É isso que nós queremos.